



Junho 2004 - N.º 2

SUMÁRIO

•Editorial

José Manuel Pureza

(Página 1)

•Teoria da P@X

“O Fracasso da Ajuda Externa na
Prevenção de Estados Falhados”

Alexandra Lages Miguel

(Páginas 2 e 3)

•Observatório das P@xes

Lugares de guerra e de paz

•Colômbia

•África do Sul

Fazedores de P@xes

•Comunidade de Santo Egídio

(Página 4)

•Estudos sobre a P@x

“Uma Estratégia que Alimenta o
Terrorismo”

Mabel González Bustelo

(Páginas 5 e 6)

•No sótão do NEP

Recensão

(Páginas 7 e 8)

Memória de Actividades do NEP

(Página 9)

P@X

-Coordenação do Núcleo de Estudos para a Paz:

José Manuel Pureza

-Coordenação do Boletim P@X:

Mónica Rafael Simões

-Colaboradoras:

Ângela Marques e Alexandra Lages Miguel

Núcleo de Estudos para a Paz

Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia

da Universidade de Coimbra

Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087

3001-401 Coimbra

Portugal

Tel: + 351 239 855584

Fax: + 351 239 855589

<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep>

nep@ces.uc.pt

Editorial

A agenda internacional apresenta actualmente um excesso de concentração na temática do terrorismo internacional. Como sempre, a hiper-visibility de um assunto específico pode servir como estratégia de ocultação de muitos outros assuntos. É precisamente esse o caso. E disso dá conta este segundo número do P@x.

A estratégia de combate ao terrorismo baseada no uso da força e na doutrina da guerra preventiva revela-se contraproducente. Por duas razões fundamentais.

A primeira é a de que, insistindo em identificar o terrorismo como um fenómeno unitário, esta estratégia generaliza e banaliza. Há nisso uma tremenda perversidade: a inclusão dentro desse conceito difuso de todos os grupos e movimentos que ensaiam contestações radicais dos regimes políticos locais. Ao contrário do mundo da guerra fria em que as categorias de *freedom-fighter* e de terrorista eram escandalosamente próximas, o mundo do pós-11 de Setembro deixou (definitivamente?) de ter *freedom-fighters*. Parece reduzido a governos (por mais déspotas e ilegítimos que sejam) e terroristas.

A segunda razão de desacerto da guerra contra o terrorismo é a da sua carga de violência cultural. Como defende Mabel González neste número, é um erro grave afirmar que todos os terrorismos são iguais e qualificar todas as opções islâmicas como integristas. Em grande medida, esta guerra contra o terrorismo é um instrumento de afirmação violenta de um projecto de restauração da identificação perdida entre ocidente e universo. É, pois, um instrumento de violência cultural, para além de violência física extrema e de legitimação de formas de violência estrutural.

Pelo meio ficam ocultadas realidades estruturais do mundo contemporâneo. A da incapacidade dos mecanismos de cooperação para pôr fim à multiplicação de estados colapsados - onde germina o terrorismo que se pretende erradicar a jusante - é porventura a mais impressiva. Alexandra Miguel analisa este impasse marcante do sistema internacional contemporâneo. Ao assumir-se como um conjunto de modelos de adaptação determinados de fora para dentro, a cooperação para o desenvolvimento é cada vez mais parte do problema e não parte da solução. Ela faz parte de uma estratégia mais ampla cujo mote é afinal o de que as razões do colapso são predominantemente internas, assim se ilibando o sistema internacional de responsabilidades maiores.

É pois nos interstícios da guerra e do colapso que a paz se afirma hoje como desafio.

José Manuel Pureza

O FRACASSO DA AJUDA EXTERNA NA PREVENÇÃO DE ESTADOS FALHADOS

É já consensual entre os vários actores do sistema internacional que a prevenção de conflitos é a melhor estratégia para fazer face a um panorama internacional marcado pela proliferação de conflitos internos com consequências dramáticas a vários níveis. Assim, é hoje reconhecido que prevenir conflitos é menos custoso (em termos financeiros e humanos) do que suportar as suas consequências (crises humanitárias, reconstrução pós-bélica). É também hoje relativamente consensual que essa prevenção, que passa sobretudo pelo ataque às causas dos conflitos, tem ao seu dispor uma ferramenta extremamente importante e com grande potencial - a cooperação para o desenvolvimento.

Uma grande parte destes conflitos internos eclode nos chamados "Estados falhados" onde, de maneira geral, existe uma incapacidade do aparelho estatal em executar as funções básicas da governação (que conduz à perda da sua legitimidade política e autoridade), acompanhada por uma violência interna contínua. Este tipo de Estado é hoje considerado uma das principais ameaças à segurança internacional, devido às consequências internas, regionais e internacionais dos conflitos que originam e à associação deste tipo de Estados com movimentos terroristas. Desde os ataques de 11 de Setembro de 2001, a par com a ascensão vertiginosa da importância dada ao fenómeno do terrorismo, o conceito de Estados falhados passou também a adquirir uma importância até então sem precedentes e a figurar nos documentos estratégicos de segurança de actores como os EUA e a União Europeia como uma das principais ameaças à segurança internacional.

Perante o reconhecimento da ameaça - real ou ficcionada - que estes Estados constituem regista-se uma crescente importância conferida ao conceito de prevenção: para prevenir conflitos, é necessário prevenir o fracasso estatal, uma vez que a maioria das novas guerras advém do fracasso e subsequente colapso de Estados. Além disso, com a associação feita entre terrorismo e Estados falhados, tornou-se também imperativo prevenir a formação deste tipo de Estados, de modo a conter a movimentação e operacionalidade de movimentos terroristas.

É também no campo da prevenção do fracasso estatal que a cooperação para o desenvolvimento tem aparecido como um instrumento crucial. Contudo, apesar do seu enorme potencial e de alguns avanços no discurso do desenvolvimento, a assistência externa não só tem fracassado na prevenção como, mais grave do que isso, tem também contribuído para o próprio enfraquecimento de Estados receptores e seu consequente fracasso.

Os paradoxos são conhecidos: em muitos países onde a ajuda externa predomina verifica-se uma degradação dos serviços públicos, um aumento da pobreza e da desigualdade e uma crescente insegurança. Em alguns casos, a ajuda externa foi mesmo uma fonte de conflitos, como no Ruanda que, no preciso momento do genocídio, era um dos maiores receptores de ajuda. Como se explica que países como o Congo, a Libéria e a Somália, que já foram dos maiores receptores de ajuda, tenham acabado por entrar em colapso? Como se justifica que a ajuda externa não esteja a conseguir impedir o fracasso e o colapso de Estados e tenha até, em muitos casos, contribuído para esse fracasso que alegadamente tenta prevenir?

A resposta a estas perguntas envolve uma multiplicidade de explicações, que nos remetem para o funcionamento geral do próprio sistema de ajuda externa contemporâneo, com diversas ambiguidades e contradições merecedoras de uma apreciação crítica geral. Apesar de todos os seus potenciais efeitos benéficos em países receptores, e apesar de alguns casos de sucesso, é inegável que a ajuda externa, amarrada à geopolítica, ao comércio e ao mundo bancário, é atribuída com base numa mistura de intenções e motivações, onde as considerações estratégicas, comerciais e políticas se sobrepõem (apesar de discursos em contrário) a imperativos humanitários (apesar de ser a maior justificação, a pobreza dificilmente é o maior critério de atribuição de ajuda). A realidade do sistema de ajuda é, então, muitas vezes obscura e, de certa forma, ocultada pela retórica da agenda desenvolvimento.

A prática da ajuda externa pode ter (como tem tido em muitos casos) contributos preocupantes para o próprio despoletar ou agravar de conflitos. Assim, a ajuda pode contribuir para a conflito se legitimar e reforçar as estruturas de poder ilegítimas, perpetuando

Teoria da P@X

redes de clientelismo; se enfraquecer o Estado, reforçando estruturas paralelas; se ajudar a reproduzir estruturas autoritárias; se promover a dependência e enfraquecer as capacidades locais; se reforçar desigualdades económicas e sociais; se ignorar questões de exploração de recursos naturais (economias predatórias); se produzir distúrbios na economia local; e se ajudar e perpetuar economias de guerra (investimento militar e não social).

Em contraste com os princípios benignos defendidos, em alguns fora, para os países receptores - como a necessidade de apropriação da ajuda por estes, de modo a tornar a assistência externa sustentável e criar capacidades locais -, a prática das agências de ajuda tem revelado bastantes resistências e conduzido a grandes contradições. Os beneficiários são sobrecarregados com objectivos de desenvolvimento definidos do topo para a base, bem como condicionalidades e processos de gestão centralizados, o que tende a ter efeitos opostos à auto-suficiência e apropriação local que se defende serem necessários. Além disso, as pressões existentes nas agências doadoras para atingir resultados rápidos e visíveis leva-as a acelerar o ritmo natural de processos de desenvolvimento e a basearem-se na injeção de fundos avultados e abordagens técnicas padronizadas e transplantadas. Também as orientações e pressões para disponibilizar fundos de acordo com prazos fixos enfraquecem a participação e a auto-suficiência local. Por outro lado, a concentração das decisões e das escolhas nas agências de ajuda, e a subsequente imposição e reprodução das noções e preferências dos doadores nos receptores (considerados incapazes) conduz ao seu enfraquecimento e “desempoderamento”, para além de subverter a apropriação local. Além disso, a típica fragmentação da ajuda, envolvendo uma multiplicidade de actividades, doadores e objectivos, dificulta a capacidade local de governar. Ao segmentar um país com projectos e ao sobrepor-se às autoridades nacionais com unidades de implementação de ajuda (encarregues de gerir a ajuda e controlar os recursos), a ajuda acaba, muitas vezes, por contribuir significativamente para uma marginalização, fragmentação e deslegitimação das autoridades nacionais dos receptores.

As agências de ajuda têm, ainda, revelado uma certa incapacidade de lidar correctamente com a complexidade inerente ao fenómeno dos Estados falhados e das novas guerras radicadas

nesses países, o que se tem reflectido num modelo de desenvolvimento baseado em “boas práticas” (sumariados em manuais sintéticos) que denotam um entendimento previsível e mecanizado do impacto da ajuda nos países receptores.

Por último, cabe realçar que as modalidades tradicionais da ajuda têm, muitas vezes, um efeito “descapacitador” nas instituições e capacidades locais dos países receptores. Ao considerar o subdesenvolvimento, e o fracasso estatal, como fenómenos de natureza essencialmente interna (ilizando o sistema internacional de responsabilidades), a intervenção externa aparece como solução, nomeadamente na forma da cooperação para o desenvolvimento que, graças à ligação que é hoje feita entre subdesenvolvimento e conflito (o segundo é derivado do primeiro), passou a assumir tarefas de prevenção e resolução de conflitos. Contudo, esta abordagem ignora o contributo de factores externos na produção de situações de fracasso estatal e subdesenvolvimento (e, como tal, não ataca esses factores), para além de se basear na crença que os factores internos são os responsáveis pelo fracasso dos programas de desenvolvimento e, neste sentido, intervir com a pretensão de controlar, adaptar e reestruturar as sociedades destes países, incluindo modos de vida e de organização, crenças, comportamentos e hábitos (considerados retrógrados e contrários à visão ocidental de modernidade e, como tal, impeditivos do desenvolvimento e crescimento económico).

Para se começar a pensar seriamente em utilizar a ajuda externa na prevenção do fracasso e colapso de Estados (dado o seu inegável potencial) é preciso, antes de mais nada, que essa ajuda externa deixe de ser um dos factores que contribui para esse mesmo fracasso e colapso. Só quando a ajuda deixar de enfraquecer Estados e capacidades locais se poderá idealizar um sistema que maximize o potencial e fortaleza, em vez de enfraquecer, estruturas, instituições e capacidades de Estados com grandes fragilidades, antes que acabem em fracasso ou colapso.

Alexandra Lages Miguel - NEP

Observatório das P@xes

Lugares de guerra e de paz

COLÔMBIA

Daniel W. Christman, John G. Heimann, Julia E. Sweig, *Andes 2020: a New Strategy for the Challenges of Colombia and the Region*, Report of an independent Commission sponsored by the Council on Foreign Relations, Center for Preventive Action, 2004.
(<http://www.cfr.org/pdf/Andes2020.pdf>)

International Crisis Group, "Hostages for Prisoners: A Way to Peace in Colombia?", Latin America Briefing, Bogota/Brussels, 8 March 2004
(http://www.crisisweb.org/library/documents/latin_america/colombia_humanitarian_exch_080304.pdf)

"Alternatives to War: Colombia's Peace Processes", *Accord* - an international review of peace initiatives, Conciliation Resources, No. 14, 2004
(<http://www.c-r.org/accord/col/accord14/index.shtml>)

"Plan de Acción Humanitaria: ¿Cooperación Internacional o Política de Estado?", Informe Especial, *Boletín CODHES Informa nº 51*, Bogotá, 15 junio 2004
(http://www.codhes.org.co/Documentos/83/BOLETIN_51-CODHES.rtf)

Ann C. Mason, "Constructive Authority Alternatives in Colombia: Globalisation and the Transformation of Governance", Crisis State Program LSE, Working Paper No. 40, January 2004
(<http://www.crisisstates.com/download/wp/wp40.pdf>)

Centro de Investigación para la Paz, "Colombia y Europa: el papel europeo en un futuro proceso de paz", *Separata de Papeles de Cuestiones Internacionales*, Otoño 2003, Nº 83
(<http://www.fuhem.es/cip/Separata.pdf>)

ÁFRICA DO SUL

Lombard, K, "Opportunities and Obstacles: The State of Reconciliation - Report of the Second Round of the South Africa Reconciliation Barometer Survey", Rondebosh: Institute for Justice and Reconciliation, May 2004
(<http://www.ijr.org.za/barometer/firsttrb.pdf>)

"Deadly Delay: South Africa's Efforts to Prevent HIV in Survivors of Sexual Violence", Human Rights Watch, March 2004, Vol. 16, No.3 (A)
(<http://hrw.org/reports/2004/southafrica0304.pdf>)

Yotam Bem Meir "South Africa: The Good News", Peace & Conflict Monitor, 20 May 2004
(http://www.monitor.upeace.org/innerpg.cfm?id_article=194)

Jacklyn Cock, "Rethinking Militarism in Post-Apartheid South Africa", Crisis State Program LSE, Working Paper No. 43, June 2004
(<http://www.crisisstates.com/download/wp/WP43.pdf>)

Towards a Ten-Year Review: Complete Report, Synthesis report on implementation of government programmes: discussion document, Government Communication (GCIS), October 2003
(<http://www.info.gov.za/reports/2003/10yrbook.pdf>)

United Nations Development Programme, *South Africa Human Development Report 2003 - The Challenge of Sustainable Development: Unlocking People's Creativity*, 2004
(<http://www.undp.org.za/NHDRF.htm>)

Fazedores de P@xes

COMUNIDADE DE SANTO EGÍDIO

Philippe Leymarie, "Les bâtisseurs de paix de Sant'Egidio", *Le Monde Diplomatique*, septembre 2000
(<http://www.monde-diplomatique.fr/2000/09/LEYMARIE/14243>)

"The Community of Sant'Egidio and its Peace-Making Activities", *The International Spectator*, No. 3, July-September 1998
(http://www.santegidio.org/news/rassegna/00000/19980703_spectator_EN.htm)

"Catholic Contributions to International Peace", *Special Report - United States Institute of Peace*, 9 April 2001
(<http://www.usip.org/pubs/specialreports/sr69.pdf>)

Estudos sobre a P@X

A estratégia de luta contra o terrorismo tem sido baseada no uso da força e numa perspectiva restrita de segurança militar. O “terrorismo global” relacionado com a Al-Qaeda - descrita como uma rede transnacional de alcance planetário - foi classificado como o principal inimigo da paz mundial. Tratava-se de um novo inimigo que não se pode combater com os métodos tradicionais, justificando-se por isso a doutrina da guerra preventiva e unilateral, a violação do Direito Internacional, a reestruturação do sistema multilateral criado após a Segunda Guerra Mundial e a redução de direitos e liberdades nos EUA e noutros lugares. Esta é uma estratégia errónea e pode fortalecer o terrorismo.

O primeiro erro é afirmar que todos os terrorismos são iguais e qualificar todas as opções islâmicas como integristas. O islamismo tem apoios e uma forte base social em muitos países árabes e muçulmanos, devido à crise económica, social e política, à corrupção e ao fracasso dos projectos nacionalistas e socialistas surgidos com a independência. Expressa, além disso, a rejeição dos erradamente intitulados “regimes árabes moderados”, que em muitos casos escondem, debaixo de um véu democrático, práticas autoritárias, repressão, corrupção e violações dos direitos humanos. Estes movimentos usam argumentos religiosos e culturais porque a experiência de ocidentalização é considerada um fracasso, mas as suas reivindicações são políticas, económicas e culturais e dirigem-se contra regimes que consideram fracassados e congêneres ao Ocidente. Não são sempre fundamentalistas nem sempre apoiam o terrorismo, mas sim, onde podem, participam no jogo político (como na Turquia, onde estão no governo, ou com limitações em Marrocos). A exclusão conduz, por vezes, à radicalização, como ocorreu na Argélia após a suspensão das eleições ganhas pela Frente Islâmica de Salvação em 1992.

A Al-Qaeda e outros grupos que praticam o terrorismo em nome do Islão são casos extremos que se alimentam das mesmas situações. A religião não está na origem da violência, antes o discurso utilizado para a justificar, embora também pretendam o poder político (como Osama Bin Laden, no Paquistão e Arábia Saudita; e outros grupos nos seus respectivos países).

O discurso dominante criou a imagem de um inimigo comum em todo o mundo, defendendo-se que a Al-Qaeda se ramificou e está presente das Filipinas até Marrocos. Muitos militantes da

U
M
A

E
S
R
T
R
A
T
É
G
I
A

Q
U
E

A
L
I
M
E
N
T
A

O

T
E
R
R
O
R
I
S
M
O

organização abandonaram o Afeganistão após os bombardeamentos para levar a sua luta a outros lugares, mas há também um processo contrário: grupos com reivindicações locais aderiram ao discurso da Al-Qaeda como elemento legitimador perante certos sectores sociais. É uma fonte de inspiração que serve de identificação simbólica e utiliza os mesmos métodos. Mas isso é a única coisa que têm em comum: enraízam-se em condições locais de pobreza e exclusão, repressão e autoritarismo, têm o seu próprio comando e organização e reivindicações locais. Os ataques ao Ocidente radicam na tese de atacar o “inimigo distante”, que surgiu na Argélia ou no Egipto em início dos anos noventa, perante a impossibilidade de conseguir mudanças no âmbito local e para as impor. Abu Sayyaf nas Filipinas faz parte da Al-Qaeda, mas uniu-se a uma luta de séculos dos muçulmanos de Mindanao pela independência; Yemaa Islamiya é apenas um dos muitos grupos armados que, com reivindicações políticas, de secessão ou autonomia e controlo de recursos, operam na Indonésia. Portanto, a Al-Qaeda não é uma organização internacional islâmica e terrorista estruturada que ataca o Ocidente com um ódio irracional por este ser “democrático e livre”, mas antes uma ideia à qual se juntam muitos que querem forçar mudanças nas suas sociedades. A guerra não é contra o Ocidente, antes se solta no mundo árabe e muçulmano, entre distintas concepções do Islão e da sociedade.

As políticas de força e o discurso de “cruzada” ou de luta do bem contra o mal não são úteis para lutar contra o terrorismo de raiz islâmica, mais facilmente o alimentam. Reforçam a percepção que os extremistas têm de si mesmos, bem como a legitimidade de Osama Bin Laden no seio de muitos sectores. Os bombardeamentos do Afeganistão e a ocupação ilegal do Iraque, o apoio sem restrições à política de Israel, os ataques à ONU, ao Tribunal Penal internacional ou o uso do Direito Internacional “à la carte”, bem como uma política de apoio aos que se tornam aliados incondicionais da estratégia “anti-terrorista”, reforçam no mundo árabe e muçulmano a percepção de que o Ocidente é hipócrita e injusto e que utiliza com eles um dois pesos e duas medidas. Apoiam-se regimes autoritários e corruptos, reduz-se a ajuda ao desenvolvimento (e abandona-se a luta contra a pobreza, a não ser que sirva a estratégia) para aumentar a ajuda militar, permitem-se retrocessos dos direitos e liberdades em nome do anti-terrorismo, estende-se a tortura e a repressão e continua-se com a humilhação sistemática dos

Estudos sobre a P@X

palestinianos, a que agora se soma a dos iraquianos.

Além disso, após os bombardeamentos e as promessas de ajuda internacional, o Afeganistão volta a estar nas mãos dos senhores da guerra, cresce o cultivo de ópio e a violência, os Talibã estão a reorganizar-se e a Al-Qaeda encontrou refúgio na zona fronteiriça com o Paquistão. Os meios militares não são os melhores contra o terrorismo porque estes grupos não têm base territorial e sim muita mobilidade, mas neste caso, além disso, foi-lhes deixado o espaço livre. Tudo para invadir o Iraque por motivos alheios ao terrorismo. Agora este país é um novo território e um novo motivo para combater.

Não se está a abordar a situação da Arábia Saudita nem do Paquistão, os países que mais fizeram para exportar o fundamentalismo islâmico e onde esta opção tem maior base social, nem se faz o suficiente para travar a lavagem de dinheiro nem para abordar as causas políticas, económicas e sociais que são o caldo de cultura onde germina o terrorismo. Pelo contrário, debilitaram-se as instituições multilaterais e o Direito Internacional e relegaram-se para segundo plano ameaças reais à segurança de muitas pessoas como a pobreza, as epidemias e a deterioração do meio ambiente. Segundo o *Institute for Policy Studies* de Washington, os 151.000 milhões de dólares investidos até agora pelo governo dos EUA no Iraque poderiam ter reduzido para metade a fome no mundo e cobrir os medicamentos contra a SIDA, a vacinação infantil e as necessidades de água e saneamento do mundo em desenvolvimento durante mais de dois anos.

Acabar com a Al-Qaeda e os que usam a violência em nome do Islão, ou com outros grupos que utilizam também argumentos religiosos, identitários ou étnicos, irá requerer muito mais do que força militar. Será um processo de longo prazo e exige uma revisão radical da estratégia utilizada até agora. Alguns elementos poderão ser:

- Abordar a pobreza e a exclusão através da ajuda ao desenvolvimento, de normas comerciais mais justas e de uma nova gestão da globalização;

U
M
A

ES
TR
AT
É
GI
A

Q
U
E

A
L
I
M
E
N
T
A

O

T
E
R
R
O
R
I
S
M
O

- Descriminalizar o islamismo como opção política e apoiar o fortalecimento de regimes verdadeiramente democráticos em que seja possível a participação;

- Recuperar o consenso internacional sobre a validade e legitimidade do Direito Internacional e do Direito Internacional Humanitário e aprofundar os avanços do princípio de justiça universal;

- Combater o terrorismo com as armas do Estado de direito e da lei, o que significa reforçar a cooperação policial e de serviços de informação mas sem aceitar restrições de direitos e liberdades em nome do anti-terrorismo;

- É prioritário apoiar uma solução justa para o conflito israelo-palestiniano que garanta segurança e direitos para ambos os povos. No Iraque, a saída das tropas ocupantes e um apoio internacional concertado através da ONU e de organizações regionais deveria abrir o caminho para processos democráticos.

Se a única forma de derrotar o terrorismo é diminuir-lhe a base social, como a Europa tão bem sabe, é necessário conquistar "os corações e as mentes" para opções não violentas. As políticas implementadas até agora vão no sentido contrário, ao reforçar o descontentamento e a frustração. Reverter a dinâmica será um esforço de longo prazo e sem resultados espectaculares, ainda que imprescindível para eliminar ou reduzir a violência. É necessário analisar as formas distintas de violência, as suas raízes e motivações, para encontrar formas de a desactivar. Nesta tarefa devem assumir protagonismo os movimentos pela paz e justiça social, os sectores políticos progressistas, os grupos de defesa dos direitos humanos, da redistribuição e da democracia nos países árabes e muçulmanos e no resto do mundo. Apenas assim se conseguirá uma maior segurança.

Mabel González Bustelo

(Centro de Investigação para a Paz, Madrid)

No sótão do NEP

Recensão

Pezarat Correia, Pedro (2004), *Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Volume II - Análise Geoestratégica de um Mundo em Conflito*. Coimbra: Quarteto Editora.

Tendo como base um excelente primeiro volume de iniciação à matéria teórica e doutrinária da disciplina, o volume II do Manual de Geopolítica e Geoestratégia, lançado em Fevereiro deste ano, desenvolve, de forma crítica e acutilante, uma análise geoestratégica do mundo contemporâneo.

Igualmente fruto das reflexões e da experiência do Major-General Pedro de Pezarat Correia enquanto regente da cadeira de Geopolítica e Geoestratégia, no âmbito da licenciatura em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, esta obra não pretende fazer um levantamento exaustivo da informação sobre cada uma das matérias abordadas no plano curricular estruturado pelo autor. O seu intuito é o de orientar o estudo sobre as grandes questões geoestratégicas contemporâneas - facultando, assim, uma notável base de consulta para o seu alvo prioritário, os estudantes da cadeira - e, simultaneamente, fornecer pistas de leitura para um futuro aprofundamento destes temas. Daí, o lugar de destaque que é atribuído às diversas sugestões bibliográficas ao longo do livro e, em especial, no final de cada capítulo. Extremamente bem estruturado, com uma organização coerente e uma linguagem clara e inteligível, este manual serve, de forma irrepreensível, o seu propósito pedagógico.

Quanto ao conteúdo, se ao primeiro volume correspondia a familiarização dos alunos com a base conceptual da geopolítica enquanto disciplina académica - em que era feita uma síntese crítica das principais doutrinas geopolíticas do final do século XIX

aos nossos dias -, este segundo volume cobre a aplicação dessa teoria na interpretação e compreensão dos factores estruturantes da conflitualidade mundial. Através da caracterização polemológica das chamadas Zonas de Tensão e Conflito, levada a cabo com base na identificação dos factores geográficos - físicos, humanos, políticos e económicos - que as configuram, o autor propõe-se evidenciar as lógicas de conflitualidade endémica com expressão regional e que presidem, de facto, à escolha das regiões mais sensíveis abordadas neste livro.

Nesse sentido, a obra começa por situar a análise geoestratégica desde o final da Segunda Guerra Mundial até aos dias de hoje, caracterizando, primeiramente, a Guerra Fria enquanto tipo de conflitualidade específico que dominou o sistema internacional entre 1945 e 1991, para posteriormente traçar as permanências e alterações visíveis no quadro geoestratégico que surge com a Nova Ordem Mundial. Este tema vai ser ainda explorado no título II que procura evidenciar os contornos deste sistema mundial unipolar liderado por Washington. O autor desenvolve um pouco mais as repercussões da unipolaridade aliada ao fenómeno da globalização enquanto componentes geoestratégicas deste novo sistema internacional que surge na sequência do fim da Guerra Fria e apresenta o mundo enquanto zona de tensão e conflitos global, na medida em que as fontes e efeitos dos conflitos tem uma dimensão planetária e todas as zonas suscitam o interesse e frequentemente a intervenção da única hiperpotência. Ainda neste título, é realçado o papel da OTAN num teatro de operações à escala global, partindo da sua génese até à sua reestruturação e tentativa de adaptação à Nova Ordem Mundial desde o início da década de 90.

De seguida, são analisadas as várias zonas de tensão e conflito a nível regional, não com o objectivo de fazer uma descrição detalhada dos conflitos, mas para ajudar a perceber por que ocorrem. Ao autor interessa apreender não

No sóto do NEP

o que é conjuntural mas o que é estruturante nestes conflitos. Trata-se claramente de uma abordagem estruturalista que inclui, no entanto, uma visão dinâmica, na medida em estuda igualmente certos conflitos que se tornam, eles próprios, elementos estruturantes dessa conflitualidade, como é o caso israelo-árabe, curdo, do Sahara Ocidental e dos Balcãs - todos eles incorporados no título III, dedicado ao Mediterrâneo Alargado.

Por sua vez, o título IV analisa o quadro conflitual da África Subsahariana. Claramente influenciado pela ideia de que a grande divisão do continente africano em termos polemológicos se dá com o Deserto do Sahara, o autor prefere incluir o norte de África na zona de tensão e conflitos da bacia mediterrânica e explora a zona de tensão e conflitos da África Subsahariana, distinguindo a África ocidental, a Grande Diagonal dos Conflitos e a África Austral. Este título tem ainda um interessante capítulo que vale a pena realçar dedicado à descolonização - tema em que o autor se sente particularmente à vontade, com vários estudos realizados neste âmbito e sendo regularmente conferencista convidado para desenvolver esta matéria em variadas instituições universitárias.

A obra prossegue, no título V sobre o Oriente asiático, com a caracterização polemológica de duas zonas de tensão e conflitos distintas: uma continental, a Ásia Central, e a outra insular, o sudeste asiático, destacando nesta última o papel da grande potência regional, a República Popular da China.

Por último, o título VI versa sobre a América Latina, debruçando-se sobre os factores geográficos e históricos que determinam esta região como uma zona de tensão e conflitos e dando um relevo particular ao papel dos EUA nesta que é a sua área tradicional de influência.

Convém, porém, realçar que a conflitualidade não é entendida como sinónimo de inevitabilidade. A leitura crítica dos traços estruturais das zonas mais perturbadoras da ordem internacional patente nesta obra permitir-nos-á estar atentos à eclosão e evolução dos conflitos contemporâneos. Neste sentido, este segundo volume dá-nos precisamente os instrumentos necessários para podermos identificar a lógica por que se rege a conflitualidade com o propósito de a conseguir prevenir. Conhecer a guerra para poder "preparar a paz" é, incontestavelmente, um dos objectivos transversais a todo o livro e que revela, assim, o carácter militante que subjaz a esta obra.

Para concluir, o volume II do Manual de Geopolítica e Geoestratégia cumpre exemplarmente o seu objectivo didáctico pela forma como estrutura e sistematiza a informação. No entanto, excede visivelmente esse objectivo, na medida em que, pela sagacidade da análise geoestratégica contemporânea do seu autor, se torna numa leitura imprescindível para todos aqueles que se interessam e se preocupam com a evolução da conflitualidade no sistema internacional. Abrangendo um vasto universo de leitores muito além do meio académico, é, indubitavelmente, uma obra a consultar, a ler e reler com agrado e proveito.

Teresa Almeida Cravo - NEP

No sótão do NEP

Memória de Actividades do NEP

Projectos NEP

"Angola: os Meios de Comunicação Social como Ferramenta para a Sociedade Civil" (projecto em curso, desenvolvido em parceria com o Instituto Holandês para a África Austral (NIZA) e o Centro de Investigação para a Paz (CIP)

Objectivos: obter informação sobre a situação e necessidades de vários sectores da sociedade civil de Angola, em particular meios de comunicação social e ONG; dar formação a grupos da sociedade civil na utilização de ferramentas jornalísticas para melhorar o seu acesso aos meios de comunicação social e para comunicar ao público interno e internacional a informação de que dispõem; proporcionar a profissionais dos meios de comunicação social um maior conhecimento do trabalho, actividades e prioridades das ONG e outros grupos; proporcionar aos jornalistas e ONG angolanas informação básica sobre Estados frágeis, sistema internacional e processos de reconstrução e de reconciliação pós-bélica

Publicações

Mónica Rafael Simões, "De la prevención de conflictos armados a la reconstrucción posbelica: la búsqueda de una paz sostenible", in Manuela Mesa y Mabel González Bustelo (orgs) (2004), *Anuario CIP 2004: Escenarios de Conflicto. Irak y el Desorden Mundial*. Barcelona: Icaria Editorial, 261-276

José Manuel Pureza, "Vuelve la batalla por la reforma de la ONU", in Manuela Mesa y Mabel González Bustelo (orgs) (2004), *Anuario CIP 2004: Escenarios de Conflicto. Irak y el Desorden Mundial*. Barcelona: Icaria Editorial, 47-57

Destaques

COLÓQUIO "O Processo de Construção de um Sistema Multipartidário em Angola" (Organizado pelo Centro de Estudos Sociais e pela Universidade Católica de Angola, financiado pelo Programa Lusitânia/Instituto Camões)

Luanda, 19 e 20 de Agosto de 2004

Contacto: Nuno Vidal (nunovidal@hotmail.com)

Mónica Rafael (monicarafael1@yahoo.com.uk)

(<http://www.ces.fe.uc.pt/nucleos/nep/documentos/confangola.pdf>)

A Nova Newsletter do CES - CESemCena

Junho 2004 newsletter '01

(<http://ces.uc.pt/publicacoes/cesemcena/cesemcena1.php>)

Actividades NEP

27 de Março a 19 de Abril de 2004

Mónica Rafael (NEP), juntamente com o Instituto Holandês para a África Austral (NIZA), realizaram em M'Banza Congo (província do Zaire-Angola) um curso de formação para jornalistas e representantes de ONG e organizações internacionais subordinado ao tema "Processos de Reconstrução Pós-bélica. O Caso de Angola". Continuação da investigação em Luanda com Mabel González (CIP, Madrid)

1 de Abril de 2004

Seminário de Núcleo de Estudos para a Paz sobre "Crianças e direitos. O caso do Brasil", com apresentação de Irene Rizzini (Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro), CES, Coimbra

29 de Abril de 2004

Seminário do Núcleo de Estudos para a Paz sobre "O papel da cooperação para o desenvolvimento no âmbito das estratégias de prevenção de conflitos", com apresentação de David Gakunzi (Centro Norte-Sul do Conselho da Europa) e de João Gomes Cravinho (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra), CES, Coimbra

6 de Julho de 2004

José Manuel Pureza (NEP) apresentou a comunicação "Portugal's transition to democracy: Lessons on the 30th anniversary of democratisation", na Conferência *Transition to Democracy: Lessons Learned from South African and Portuguese Experiences*, organizada pelo Centro Norte-Sul do Conselho da Europa e pela Embaixada da África do Sul em Lisboa, Lisboa

(http://www.coe.int/T/E/North-South_Centre/Programmes/5_Europe-Africa_Dialogue/b_HR_and_Democratic_Governance/Transition_to_democracy_agenda-1.pdf)